

Procurador-Geral de Justiça
Leonardo Roscoe Bessa



Promotória de Justiça de Brasília II
Obra concluída em outubro de 2018

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2014-2018

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA



Ministério Público
do Distrito Federal
e Territórios

Procurador-Geral de Justiça
Leonardo Roscoe Bessa

Promotoria de Justiça de Brasília II
Obra concluída em outubro de 2018

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2014-2018

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA



Ministério Público
do Distrito Federal
e Territórios

EXPEDIENTE

Órgãos da Administração Superior do MPDFT

Procuradoria-Geral do Distrito Federal e Territórios
Procurador-Geral de Justiça Leonardo Roscoe Bessa

Vice-Procuradoria-Geral de Justiça
Procuradora de Justiça Selma Leite do Nascimento Sauerbronn de Souza

Vice-Procuradoria-Geral de Justiça Institucional
Procurador de Justiça André Vinícius Espírito Santo de Almeida

Corregedoria-Geral
Procurador de Justiça Gladaniel Palmeira de Carvalho

Chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça
Promotora de Justiça Fabiana Costa Oliveira Barreto

Secretaria-Geral
Promotor de Justiça Wagner de Castro Araújo

Assessoria de Políticas Institucionais
Promotor de Justiça André Luiz Cappi Araújo Promotor de Justiça Moacyr Rey Filho

Ouvidoria
Ouvidora Rose Meire Cyrillo

Esta é uma publicação da Procuradoria-Geral de Justiça
Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Sala 901
Sede do MPDFT, Brasília-DF, CEP: 70.091-900 – Telefone: (61) 3343-9952 / 3343-9974

Elaboração
Promotor de Justiça Leandro Lobato Alvarez
Promotora de Justiça Adjunta Selma Leão Godoy

Revisão de texto
Secretaria de Comunicação do MPDFT

Projeto gráfico e diagramação
Marcos Antonio Pereira
Secretaria de Comunicação do MPDFT

Imagens
Fotolia

© 2018 Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT
É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

1ª edição: Novembro/2018
Arquivo Digital

SUMÁRIO

Apresentação	09
1. Aprimoramento da estrutura para atividade-fim	11
Apoio às Promotorias do Júri	12
Núcleos	13
Estrutura Simplificada	13
Nova Vice-Procuradoria	13
2. Implantação do Processo Judicial Eletrônico	15
Certificados digitais e ações de capacitação	16
Breve histórico	16
3. Aprimoramento da Comunicação com os públicos interno e externo	17
Presença nas mídias sociais	18
Rádio e TV	18
Comunicação Interna e Externa	19
4. Ações de treinamento e capacitação	21
Fortalecimento da Educação corporativa	22
5. Gestão de Pessoas	23
Fortalecimento do quadro funcional	23
Trabalho Voluntário	24
Requisição de servidores	24
Manutenção de servidores cedidos	24
Vagas para estágio obrigatório	24
Teletrabalho	25
Outras ações	25
6. Segurança Institucional	27
7. Bem-estar e saúde dos integrantes do MPDFT	29
Psicodinâmica do trabalho	30
8. Perícias e Diligências	31
Sistema Diligente	32
9. Atuação Parlamentar	33
Obtenção de Emendas	33
Acompanhamento da aprovação de projetos de lei	34
10. Tecnologia da Informação	37
11. Cultura	39

12. Autocomposição	41
Projetos Institucionais	41
I Seminário Autocomposição do MPDFT: construindo uma cultura de paz	42
Capacitações	42
Parcerias Institucionais	42
Incentivo para mediadores e facilitadores	43
Oficinas de Pais e Filhos	43
Escutando o Cidadão	44
Mediação Comunitária	44
Capacitação Continuada	45
13. Construção e reforma das Sedes das Promotorias de Justiça do MPDFT	47
14. Economia e otimização de recursos materiais	49
Sistema Resolve	51
Restaurante Senac	51
Serviço de Audiovisual	51



APRESENTAÇÃO

Prezados,

Este é o resumo das ações implementadas ao longo de quatro anos à frente da Administração Superior do MPDFT. O grande desafio desta gestão foi, sem dúvida, adequar as demandas e o desenvolvimento da instituição aos vários ajustes e restrições financeiras e orçamentárias impostas nos últimos anos.

Foi preciso atuar tendo como base a inovação, a criatividade e a otimização de recursos, além de realizar planejamento consistente, com ainda mais responsabilidade e compromisso com os recursos públicos. Nesse contexto, é um prazer destacar que o MPDFT alcançou matematicamente 100% de execução orçamentária em todos os anos desta gestão. A repactuação de contratos vigentes permitiu a economia de R\$ 2.902.986,42.

Com articulação e diálogo constante com o poder legislativo, foi possível obter a aprovação de mais de R\$ 53.933.340,00 de emendas parlamentares para reforço orçamentário da casa.

Graças a isso, foi possível, por exemplo, finalizar e entregar à população do DF o edifício das Promotorias de Justiça de Brasília II. Trata-se de um marco para a instituição, já que ele é segundo maior prédio depois da Sede. É também o mais bem localizado em termos de acesso à população que não mora no Plano Piloto. Com a mudança e a realocação de áreas administrativas e promotorias atualmente instaladas em imóveis alugados, a economia direta prevista é superior a R\$ 3,3 milhões por ano e a indireta é estimada em R\$ 2 milhões. Esse aproveitamento de recursos é importante para a sustentabilidade do MPDFT nos próximos anos.

No campo da inovação, é importante destacar a criação do aviso de remoção global, processo inédito de remoção simultânea e em cascata que permitiu a movimentação de 232 integrantes, em três edições. O primeiro, ainda em 2016, foi encerrado com a disponibilização de 343 ofícios ao mesmo tempo. A iniciativa foi idealizada para aprimorar a implementação da Lei de Ofícios, uma das prioridades estabelecidas no Plano de Gestão 2015/2016 que, não tenho dúvida, foi realizada com sucesso.

A implantação do PJe também apresentou novas realidades e avançou a passos largos. Para se ter uma ideia, em 2015, o MPDFT tinha 80 processos eletrônicos em tramitação, hoje são mais de 65 mil. Atualmente a média de intimações recebidas por dia chega a 375,5, contra 2,5, quatro anos atrás.

Mesmo com todos os desafios que a contenção orçamentária apresentou, foi possível criar 65 novas promotorias, realizar concurso para membros, com nomeação de 27 dos 33 aprovados, e proporcionar aumento de 117,7% no número de cargos e funções e de 241,6% no valor mensal percebido por servidores. Mais de 60% das unidades do MPDFT agora contam com até 100% dos gabinetes estruturados de forma adequada, o que viabiliza o fortalecimento da atividade-fim e valoriza o servidor pela qualidade do seu serviço.

Deixo a Administração Superior com gestão orçamentária equilibrada, importantes conquistas para os integrantes da Casa e para a população do DF e, acima de tudo, sensação de dever cumprido. Apresento um pouco mais dessa trajetória no documento que encaminho abaixo.

Boa leitura!

Leonardo Roscoe Bessa

1. APRIMORAMENTO DA ESTRUTURA PARA ATIVIDADE-FIM

Ao longo desses quatro anos foram criadas 65 promotorias, de acordo com deliberações feitas pelo Colégio de Procuradores e Promotores de Justiça durante o encontro Repensar, em 2016, que definiu como prioridade para o MPDFT a descentralização dos escritórios e o foco nos direitos coletivos e difusos, são elas:

- 50 PJs de Apoio Operacional
- 2 Prosus
- 1 Prodep
- 3 Proregs
- 2ª PJ do Tribunal do Júri e de Delitos de Trânsito de Sobradinho
- 7ª PJ de Execuções Penais
- 4ª PJ Criminal e do Tribunal do Júri de Águas Claras
- 3ª PJ Especial Criminal e de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar de Águas Claras
- 3ª PJ Especial Criminal e de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica do Recanto das Emas
- 1ª PJ Cível, Família, Órfãos e Sucessões do Recanto das Emas
- 5ª PJ do Tribunal do Júri de Ceilândia
- 4ª PJ do Tribunal do Júri de Samambaia
- 3ª PJ Especial Criminal de Taguatinga

Além disso, pode-se destacar, ainda:

a) Aumento de 117,7% no número de cargos e funções, e de 241,6% no valor mensal percebido por servidores;

b) Implantação da nova estrutura da área-fim, com a criação de 304 gabinetes de Promotorias de Justiça e transformação das secretarias Executivas das Coordenadorias das Promotorias de Justiça em Chefias de Gabinetes das Coordenadorias. Foram implementados 272 (antes eram 124) cargos em comissão e funções de confiança, sendo 15 CC-04, 70 CC-02, 45 CC-01 e 142 FC-02;

c) Após período de experiência, reestruturação no sistema de gabinetes para contemplar mais escritórios. Graças ao trabalho de reorganização na estrutura de cargos e funções no MPDFT, foi possível disponibilizar um total de 60 CC-01 e duas CC-02 para os gabinetes das coordenadorias administrativas. Atualmente, 12 das 18 unidades do MPDFT têm 100% dos gabinetes com estrutura própria de cargos e funções, além de outras duas que já estão com 97%. Nas demais, as porcentagens estão acima de 70%; e

d) Implantação, em 2017, da estrutura administrativa das Coordenadorias:

- Das Promotorias de Justiça do Recanto das Emas, com cinco Promotorias de Justiça, sendo três Criminais e do Tribunal do Júri e duas Especiais Criminais e de Defesa da Mulher, oriundas da Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Samambaia.
- Das Promotorias de Justiça de Águas Claras com cinco Promotorias de Justiça, sendo três Criminais e do Tribunal do Júri e duas Especiais Criminais e de Defesa da Mulher, oriundas da Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Taguatinga.

APOIO ÀS PROMOTORIAS DO JÚRI

Em relação às Promotorias do Tribunal do Júri, é possível destacar:

a) Criação de novas Promotorias do Tribunal do Júri em Ceilândia, Samambaia, Sobradinho e Águas Claras, para atender a pedido específico do Júri. Do total de promotorias criadas nos últimos quatro anos, sem contar as operacionais, 40% foram destinadas ao Júri;

b) Aumento das funções comissionadas e implementação da estrutura de gabinete para as Promotorias do Tribunal do Júri, que foram as primeiras beneficiadas, e contam hoje com CC-02 (nas Criminais com Júri), e CC-01 (Júri puro e cumulado com Delitos de Trânsito);

c) Fortalecimento das ações voltadas à saúde dos promotores da área. Pela primeira vez no MPDFT, foi contratada uma doutora em Psicologia, com vasta experiência de atuação e especialização em Tribunais;

d) Designação de promotores auxiliares e ajuste de agendas entre o MPDFT e o TJDF, de modo a amenizar o impacto de trabalho decorrente do Mês do Júri;

e) Criação de três promotorias operacionais para dar sustentabilidade ao Júri;

f) Oferta de mais de 30 cursos de capacitação, inclusive com a contratação de profissionais renomados, como o Módulo Especial do Curso de Formação e Aperfeiçoamento do Promotor do Júri, que será ministrado por Edilson Mougenot Bonfim;

g) Apoio aos que ingressaram recentemente na carreira e oferta de remuneração para tutores que contribuíram na formação desses colegas, além da inclusão da área de Júri no Curso de Vitaliciamento;

h) Implantação do Núcleo de Apoio à Vida, conduzido por colegas escolhidos pelos membros do Júri e

i) Incremento dos serviços de segurança no transporte de membros do Júri, com a implantação do sistema de monitoramento por rádio durante o trajeto e equipamentos de GPS nos veículos, além da instituição de rondas nos Tribunais do Júri para prevenção de riscos à integridade física dos membros.

NÚCLEOS

Em 2015, foram criados o Núcleo Gestor de Políticas de Proteção à Vida, por meio da Portaria Normativa Nº 363, de 3 de março de 2015 e Núcleo de Assessoramento Técnico de Orçamento para acompanhamento das contas públicas do DF, idealizado para fortalecimento da estrutura da Procuradoria dos Direitos do Cidadão.

ESTRUTURA SIMPLIFICADA

Em 2017, foi desenvolvido projeto experimental que estabelece estrutura administrativa simplificada nas Coordenadorias Administrativas do Paranoá, Recanto das Emas, Ceilândia, Brazlândia e Samambaia. A iniciativa prevê a fusão dos setores de apoio e dos serviços de secretaria com o objetivo de otimizar a força de trabalho com base no impacto da implementação do Processo Judicial eletrônico (PJe) no MPDFT.

NOVA VICE-PROCURADORIA

Em 2018, houve também reestruturação das atribuições da Vice-Procuradoria-Geral de Justiça, que passou a ser composta por uma Vice-Procuradoria Jurídico-Administrativa e outra Institucional. A primeira agora se dedica predominantemente ao assessoramento jurídico e administrativo da Procuradoria-Geral de Justiça. Já a segunda ficou responsável pela coordenação da implantação do Processo Judicial eletrônico (PJe), assim como pelo Centro de Documentação e Informação (CDI), pelo Comitê de Avaliação e Estruturação da Atividade-Fim do MPDFT e pelo Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (Ceti), além de outras áreas que estão diretamente relacionadas ao avanço do PJe.

2. IMPLANTAÇÃO DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO



Um dos desafios dessas duas gestões foi a implantação do Processo Judicial eletrônico, projeto estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que mudou o paradigma da Justiça nacional. Para acompanhar o cronograma estabelecido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), com base nas diretrizes do CNJ, foi preciso buscar adequação e soluções conjuntas, já que as ações impactaram diretamente o MPDFT.

Atualmente, tramitam no MPDFT mais de 65 mil processos eletrônicos. De 2015 a 2018, houve aumento de mais de 800% nos processos em tramitação na instituição. Só no primeiro semestre de 2018, houve aumento de 60% no número de manifestações e intimações no PJe em relação a 2017. Atualmente, 317 membros já assinaram mais de 157 mil manifestações.

CERTIFICADOS DIGITAIS E AÇÕES DE CAPACITAÇÃO

100% dos membros da instituição foram habilitados a utilizar o PJe, e quase 700 certificados digitais foram disponibilizados. Foram abertas 2.737 vagas para capacitação de membros e servidores e realizadas 1.559 ações de treinamento, que envolveram 575 membros e 984 servidores.

BREVE HISTÓRICO

Com o início da implantação, em 2014, houve desenvolvimento de um sistema próprio para o MPDFT, além das primeiras ações de capacitação para os integrantes da Casa. Desde a implantação do PJe no TJDFT, em 2014, o MPDFT participa, como membro, das reuniões do Comitê Gestor do PJe, que contam com representantes do Poder Judiciário local, da OAB e da Defensoria Pública. Já foram realizadas mais de 190 reuniões.

Em 2015, foi criada a página no site da instituição para explicar o funcionamento do PJe, divulgar a legislação referente e o trabalho do Comitê, além de oferecer tutoriais e vídeos para auxiliar no uso do sistema de forma fácil e segura. No mesmo ano, foi apresentada a primeira versão do eGab.

Em 2016, houve o desenvolvimento do NeoSispro para transição para o Sisproweb, além do acréscimo de novas funções aos sistemas SisproWeb e eGab para permitir total integração com o Processo Judicial Eletrônico (PJe) do TJDFT. Foram desenvolvidos, ainda, o MPJExpress e o Sistema de Acompanhamento de Intimações Eletrônicas. Também iniciou-se a disponibilização dos tokens para certificação digital aos membros. Ao final do ano, 71 membros já haviam atuado em aproximadamente mil processos eletrônicos.

Em 2017, foi criada a Assessoria Especial do Processo Eletrônico (Aepe), que possibilitou aprimorar a coordenação dos trabalhos de implantação do Processo Eletrônico em todo o MPDFT, além de viabilizar a capacitação de 244 membros, 400 servidores e a emissão de mais de 250 certificados digitais durante o ano. A execução de medidas alternativas passou a ser atendida por outro sistema, denominado Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU).

Em 2018, foi criada a Vice-Procuradoria Institucional, com o objetivo de coordenar a implantação do PJe no MPDFT e nas áreas que atuam em temas diretamente relacionados ao assunto. A medida trouxe mais autonomia e celeridade na interlocução com órgãos decisivos para o processo eletrônico, como o TJDFT e o Superior Tribunal de Justiça (STJ).



3. APRIMORAMENTO DA COMUNICAÇÃO COM OS PÚBLICOS INTERNO E EXTERNO

Também foi prioritária, nessa gestão, o fortalecimento da comunicação e o uso de suas ferramentas para maior aproximação com a sociedade. A estruturação de unidades, em 2017, de rádio e TV e de mídias sociais, a capacitação dos servidores e o redesenho das atividades executadas pela área viabilizaram o projeto de integração da produção e veiculação de conteúdos institucionais dos diversos produtos de comunicação do MPDFT. Nesse sentido destaca-se:

PRESENÇA NAS MÍDIAS SOCIAIS

- a) Implementação de diversas iniciativas voltadas ao desenvolvimento da comunicação digital e audiovisual do MPDFT;
- b) Criação do perfil oficial do MPDFT no Instagram (que já conta com mais de 6,4 mil seguidores);
- c) O MPDFT também está presente no Facebook (com mais de 14,8 mil seguidores) e no Twitter (com quase 11 mil seguidores);
- d) Aquisição de software para monitoramento de redes sociais;
- e) Criação da página do MPDFT no Flickr, o que permite fácil acesso às imagens dos eventos institucionais;
- f) Reformulação da homepage do MPDFT para dar mais destaque à exibição de vídeos;
- g) Aprimoramento do relacionamento com a imprensa, por meio da criação da Sala de Imprensa Virtual no site do MPDFT.



RÁDIO E TV

a) Criação da Divisão de Rádio e TV, voltada ao fortalecimento da divulgação e da produção de material institucional em áudio e vídeo. Já foram produzidos, desde sua criação, 108 vídeos. Um dos últimos produtos de vídeo, por exemplo, denominado MPDFT Explica, é responsável por difundir a atuação institucional. Já foram produzidos nove vídeos com a participação de promotores de Justiça;

b) Parceria com a Rádio Transamérica para veiculação de conteúdo sobre atuação do MPDFT. Em um ano e meio de parceria, já foram realizados 12 programas ao vivo, com a participação de procuradores e promotores, além da gravação de cerca de 55 pílulas de perguntas e respostas para ouvintes;



c) Com o sucesso do projeto, foi aberto chamamento público para que emissoras de radiodifusão apresentassem propostas a fim de celebrar parceria com o MPDFT.

COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA

a) Implementação da newsletter *MPDFT Hoje*, voltada ao público interno. O canal, que organiza o fluxo de informação do órgão em um só e-mail, já é comprovadamente acessado por mais de 60% dos integrantes da Casa diariamente;

b) Implementação da nova intranet do MPDFT, voltada para oferecer os serviços das unidades do órgão aos integrantes da casa de forma intuitiva. A nova organização da informação valoriza a experiência do usuário e a busca por soluções que valorizem as necessidades de todos os envolvidos;

c) Em 2017 foram publicadas 462 notícias no portal do MPDFT e realizados 1.827 atendimentos à imprensa, o que gerou a veiculação de 11.380 matérias jornalísticas. Isso convertido em valores de tabela dos veículos representa quase R\$ 435 milhões. No início da gestão, em 2015, foram publicadas 267 notícias no portal e realizados 1.117 atendimentos à imprensa. Um aumento de 57% e 61%, respectivamente. Esses números colocam o MPDFT em terceiro lugar no ranking de atendimento à imprensa do Ministério Público brasileiro, atrás apenas de São Paulo e do Rio de Janeiro;

d) Parceria com a Faculdade de Comunicação do UniCeub para a produção de conteúdo de interesse do MPDFT pela Agência de Notícias e a Agência Júnior de Publicidade da universidade. A parceria amplia a produção e a difusão de conteúdo institucional, proporciona aos estudantes experiência em comunicação pública e contribui para a formação cidadã;



e) Ação de relacionamento com a TV Globo Brasília, em que membros do MPDFT ministraram palestras para jornalistas e produtores da redação local e nacional;

f) Proposição e aprovação da Resolução nº 198/2015, que autoriza membros do MPDFT a divulgar informações “sobre casos concretos em que estejam atuando” para os meios de comunicação. A iniciativa está baseada nos direitos fundamentais de acesso à informação e no dever de prestar contas à sociedade.

4. AÇÕES DE TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO

Nos quatro últimos anos, foram desenvolvidas 794 ações internas de capacitação para membros, servidores, estagiários e terceirizados e 258 ações externas, entre cursos, encontros, fóruns, treinamentos, conferências, palestras, oficinas, seminários, simpósios e convenções. Cerca de 2.700 ofertas de cursos foram abertas, abrangendo mais de 2.300 servidores e 340 promotores e procuradores de Justiça. Esses eventos propiciaram 20.298 participações para os integrantes da Casa.

FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO CORPORATIVA

Graças a alterações na estrutura organizacional do MPDFT foi possível fortalecer ações de capacitação e a aplicação da abordagem por competências no âmbito institucional com a criação da Secretaria de Educação Corporativa (Secor). A partir disso, a nova Secretaria ficou encarregada de ações voltadas à capacitação e ao treinamento de membros e servidores, que até então eram divididas entre a área de Gestão de Pessoas e a Comissão de Aperfeiçoamento de Membros (CAM).

Nos últimos seis meses, a Secor evoluiu muito na modalidade de Educação a Distância (EaD). A Secretaria criou uma seção somente para tratar da modalidade, sem aumento do número de servidores, por meio do remanejamento de outras áreas. Isso facilitou a oferta de cursos mais completos e interativos, como videoaulas e outros recursos que auxiliam o aprendizado. Dentre os principais resultados da área, destacam-se:

a) Desenvolvimento de cursos autoinstrucionais, o que significa que o aluno não precisa de tutor nem depende mais da disponibilização de turmas ou agenda de aulas. Os cursos disponibilizados são: Português Jurídico, Lei de Acesso à Informação, Reuniões Produtivas e Teletrabalho;

b) Migração dos treinamentos das competências comuns para EaD. Uma das vantagens dessa modalidade de ensino é fazer mais com menos, tendo em vista a restrição orçamentária. A outra é otimizar o tempo do participante, que não precisa se deslocar e pode eleger o melhor horário para fazer o curso;

c) Parceria com a Escola Virtual de Governo (EVG). O Portal EVG é um portal único de escolas de governo em que o servidor tem à disposição um catálogo de cursos das principais escolas de governo e de centros de capacitação da administração pública;

d) Realização do Curso de Ingresso e Vitaliciamento, com a Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) e com o promotor de Justiça, orientador pedagógico do curso, Paulo Roberto Binicheski. A turma foi composta por 27 promotores de Justiça do último concurso para ingresso na carreira do MPDFT;

e) Participação de 150 pessoas no Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG). A capacitação é voltada a gestores e líderes e tem foco no desenvolvimento de habilidades e atitudes essenciais à busca da excelência na administração;

f) Parceria com a ESMPU, que resultou em melhor divulgação dos cursos oferecidos pela Escola e no aumento de vagas para membros e servidores do MPDFT;

g) Concessão de mais de 500 licenças para capacitação de servidores com direito a afastamento de até três meses. Além disso, foram concedidos seis afastamentos de longa duração para cursos de mestrado e doutorado, dentro e fora do país, com ônus para o servidor;

h) Desenvolvimento de Trilhas de Aprendizagem em alinhamento com o modelo de gestão por competências. As trilhas, construídas pela Secor em parceria com as áreas técnicas, baseiam-se em caminhos alternativos e flexíveis que visem à promoção do aprendizado pessoal e profissional.

A Secretaria também foi responsável pela coordenação da participação de integrantes do MPDFT em cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*.



5. GESTÃO DE PESSOAS

FORTALECIMENTO DO QUADRO FUNCIONAL

Entre os anos de 2014 e 2018, 27 promotores de Justiça adjunto tomaram posse no MPDFT. Além disso, 627 servidores tomaram posse no órgão, entre os quais, 252 analistas de Direito e 209 técnicos administrativos. Com as nomeações de servidores, foi possível:



a) Regularizar promotorias que estavam com o quadro defasado com a disponibilização de mais um analista para cada promotoria de execução penal, de medidas alternativas e de medidas socioeducativas;

b) Criar o Núcleo de Apoio Operacional da chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, no qual foram lotados analistas de Direito com o objetivo de suprir afastamentos de longa duração de servidores dessa especialidade nas unidades do MPDFT;

c) Reforçar a equipe que atua no desenvolvimento do Processo Judicial Eletrônico;

d) Melhorar a estruturação dos Setores de Análise Psicossocial das Coordenadorias das Promotorias de Justiça. Agora, todas as coordenadorias possuem, ao menos, um analista de Psicologia e um analista de Serviço Social em sua estrutura para acolhimento do cidadão.

Em razão da crise orçamentária na Administração Pública, das limitações impostas pela Emenda Constitucional nº 95/2016 e do fim da vigência dos concursos públicos para servidores, as nomeações foram bastante reduzidas nos últimos anos no âmbito do MPU, o que dificultou a reposição do quadro funcional e o atendimento às necessidades de novos servidores. Para contornar a situação, a Administração atuou nas seguintes frentes:

TRABALHO VOLUNTÁRIO

Implementação do trabalho voluntário para estudantes de ensino superior e recém-formados. Atualmente, o MPDFT conta com aproximadamente 147 voluntários em diversas áreas. Além de ser um importante reforço nas unidades, com a ausência de mais nomeações, por causa da restrição orçamentária na Administração Pública, o projeto foi pensado com o objetivo de estimular a responsabilidade social, a solidariedade, a cooperação e os deveres cívicos. De 2017 para 2018 houve aumento de 50% no quadro desses prestadores. Atualmente, 15 unidades do MPDFT, entre coordenadorias e secretarias administrativas, recebem auxílio dos voluntários.



REQUISIÇÃO DE SERVIDORES

A Procuradoria-Geral de Justiça também estimulou a requisição de servidores de outros órgãos, conforme regulamenta a Portaria nº 536, de 24 de outubro de 2008. Essa forma de requisição é possível para projetos e trabalhos bem específicos, temporários e que exijam qualificação específica do requisitado. O membro tem autonomia para fazer a requisição diretamente.

MANUTENÇÃO DE SERVIDORES CEDIDOS

A Administração Superior conseguiu oficializar a permanência de 33 servidores do Poder Executivo local e de 114 do Poder Executivo Federal sem prejuízos de salário e comissões. A manutenção de servidores cedidos ao MPDFT sempre foi um problema nas gestões anteriores. Foi necessário realizar tratativas com representantes dos Ministérios do Planejamento, da Justiça, do Transporte e da Fazenda, além da Casa Civil do DF e Secretaria de Planejamento do DF.

VAGAS PARA ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Desenvolvimento de projeto de estágio obrigatório, que permitiu ao MPDFT receber dez estudantes para realização de atividades curriculares nas áreas de Serviço Social, Psicologia e Engenharia Civil. As Coordenadorias das Promotorias de Justiça de Sobradinho, de Brasília II, do Recanto das Emas, além da Secretaria de Projetos e Obras e da Ouvidoria contam com o trabalho dos alunos.

TELETRABALHO

O regime de teletrabalho é, atualmente, adotado por 36 unidades, com 355 servidores autorizados a atuar nessa modalidade de trabalho. O alcance é de 20% do total de servidores. O programa foi implantado na Casa em 2016 como projeto-piloto e, posteriormente, estendido para toda a instituição. O MPDFT é o segundo ramo do MPU com maior percentual de servidores autorizados a atuar em regime de teletrabalho.

Realização de pesquisa para percepção dos resultados da iniciativa indicou que 99% dos servidores se sentem mais motivados a trabalhar após a adesão ao teletrabalho. A pesquisa constatou ainda que:

98% se sentem mais comprometidos com os objetivos da instituição;

94% afirmam que o sistema de teletrabalho adotado no MPDFT auxilia na retenção de servidores no órgão;

99% ressaltam a economia de recursos financeiros, sendo que 98% destacaram a redução no gasto com combustível/transporte público;

60% informaram que o teletrabalho possibilitou a redução do material de consumo requerido à Seção de Almoxarifado (resmas de papel, canetas, etc.) e

2% indicaram dificuldade em alcançar a meta de produtividade estabelecida. Essa meta, para quem está em regime de teletrabalho, deve ser entre 10% e 20% superior à estipulada para aqueles que permanecem no regime convencional.

OUTRAS AÇÕES

a) Digitalização dos assentamentos funcionais de todos os membros e servidores da Casa. O MPDFT é o primeiro ramo do MPU a promover a digitalização das pastas funcionais. Até o momento, já estão disponíveis digitalmente os assentamentos funcionais de todos os membros ativos e inativos e de 90% dos servidores. A medida permite acesso direto aos dados via smartphones, reduz a quantidade de documentos físicos e aumenta a segurança das informações;

b) Implementação automática da concessão do adicional de qualificação decorrente de ações de treinamento, sem a necessidade de requerimento, no quinto dia útil do mês (o procedimento de concessão do adicional de qualificação passou a ser competência da Secretaria de Educação Corporativa).

6. SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Entre as ações de segurança institucional, merece destaque o projeto que descentralizou ações de segurança, como transporte de autoridades e proteção de membros e servidores em serviço. Tais atividades passaram a ser coordenadas de forma autônoma, porém alinhadas com a Secretaria de Segurança Institucional, pelas coordenadorias administrativas. O projeto está em fase experimental nas Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude, Paranoá, Planaltina, Riacho Fundo, Santa Maria e no CI/Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado. A conclusão está prevista para janeiro de 2019.

Além da aquisição de armas de fogo, específicas para o serviço de segurança, também foi necessária a capacitação de 28 agentes de segurança, que participaram de treinamento específico e receberam o porte de arma. Com isso, foi possível ampliar as ações de segurança no MPDFT.

Além disso, foi formalizado, por meio da aprovação da Portaria normativa nº 502/17, o serviço de monitoramento de segurança durante sessões plenárias do Tribunal do Júri, que compreende:

A gestão das informações referentes às sessões plenárias, aos promotores de Justiça que officiarão nas sessões, aos servidores encarregados pelo transporte das autoridades e aos réus a serem julgados;

A checagem, via telefone ou aplicativo de rádio instalado no equipamento, dos deslocamentos dos promotores de Justiça, em veículos oficiais;

O rastreamento de segurança dos veículos oficiais de transporte das autoridades via satélite (GPS) durante os deslocamentos para as plenárias e para as residências, ao fim das sessões, viabilizado pela instalação de 40 módulos para rastreamento de veículos via GPS nos carros destinados ao transporte de promotores de Justiça que officiam no Júri;

Realização de rondas por parte de integrantes da Secretaria de Segurança Institucional;

Medidas especiais de segurança aproximada envolvendo escoltas e/ou permanência de agentes de segurança durante a plenária

Merecem destaque, ainda:

a) Elaboração de projeto que visa a padronizar e uniformizar os procedimentos de segurança dos servidores em oitivas de detentos por meio de treinamento sobre gestão de riscos e da instituição de protocolo padrão de segurança em visitas domiciliares. O projeto está alinhado com a Portaria Nº 78/17 – PGR que aprova a Política de Gestão de Riscos no MPU. O curso de gestão de riscos para os participantes treinou mais de 70 servidores;

b) Realização de curso com orientações sobre o serviço de monitoramento de segurança do Tribunal do Júri;

c) Promoção de curso básico de armamento, munição e tiro para promotores adjuntos que participaram do vitaliciamento;

d) Promoção de curso intermediário de armamento, munição e tiro, em parceria com o Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope) da Polícia Militar do DF (PMDF), voltado para membros se habilitarem em combate a curta distância e sobrevivência urbana;



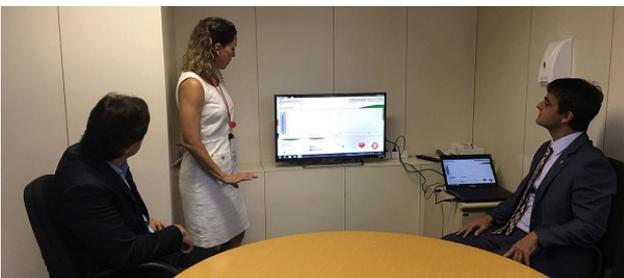
e) Instituição do Comitê de Gestão Estratégica de Segurança Institucional, por meio da Portaria Normativa nº 559/18 – PGJ;

f) Aquisição, em 2017, de 30 pistolas, 50 coletes balísticos multiameaça e 28 coletes balísticos multiameaça para atendimento a projetos de núcleos de segurança institucional.

7. BEM-ESTAR E SAÚDE DOS INTEGRANTES DO MPDFT

Uma das preocupações desta Administração Superior sempre foi a promoção do bem-estar e da saúde de dos integrantes do MPDFT. Pensando nisso, foi realizada uma série de estruturações na unidade responsável por esse trabalho, que viabilizaram ações importantes para o corpo funcional do MPDFT, tais como:

- a)** Mais de 1.200 atendimentos psicossociais a servidores e membros, principalmente no que diz respeito à prevenção de doenças psicológicas relacionadas ao trabalho;
- b)** Mais de 1000 consultas de fisioterapia para evitar lesões e dores advindas da atuação laboral;
- c)** Criação da Assessoria Especial de Promoção da Saúde e da Qualidade de Vida (Apres), que passou a ser vinculada à Vice-Procuradoria-Geral Jurídico-Administrativa



e a contar com o suporte direto da Administração Superior;

- d)** Implementação do Programa de *biofeedback*, que já atendeu mais de 30 pessoas. Por meio do uso de um software, somado a técnicas de respiração e ao direcionamento de pensamentos, a iniciativa possibilita o melhor controle do estresse;

- e)** As atividades integrativas oferecidas pela assessoria também foram ampliadas nesta gestão. Além de práticas como yoga e jiu-jitsu, foram acrescentadas aulas de meditação, ginástica laboral, pilates, alongamento, dança, tai chi chuan, treinamento funcional e quick massage;



f) Desenvolvimento do projeto de preparação para a aposentadoria Tecendo o Amanhã, com o objetivo de proporcionar aos integrantes do MPDFT informações para o planejamento de projetos para uma vida mais saudável. Participaram do projeto 53 integrantes da Casa;



g) Implantação do Programa de Avaliação Participativa das Situações de Trabalho, que oferece espaço de escuta e discussão sobre o trabalho e tem o objetivo de viabilizar a redução dos riscos ergonômicos;

h) Promoção de palestras e oficinas sobre saúde mental e bem-estar e de oficinas de educação em saúde para gestantes.

PSICODINÂMICA DO TRABALHO

Em atendimento às demandas dos promotores do Tribunal do Júri, que solicitaram a busca de soluções para atenuar o desgaste psicológico advindo de suas atribuições diárias, a Administração Superior investiu na implantação do projeto Psicodinâmica do Trabalho. Foi contratada uma psicóloga com doutorado na área e experiência de atuação em vários tribunais. O trabalho envolveu, inicialmente, as unidades de Samambaia, Planaltina, Paranoá, Taguatinga, São Sebastião, Riacho Fundo e Santa Maria, além das Coordenadorias de Brasília II e coordenação da SEP. O retorno foi positivo e permitiu o treinamento de servidores da área de promoção de saúde do MPDFT, que agora desenvolvem ações inspiradas na técnica em outras áreas da Casa.

8. PERÍCIAS E DILIGÊNCIAS

De 2015 até 2018, a Secretaria de Perícias e Diligências disponibilizou 7.566 laudos oriundos do Instituto de Criminalística (IC) e do Instituto de Medicina Legal (IML) e deu parecer pericial em 8.055 processos, em apoio à atividade-fim e à atividade-meio. Também foram realizadas 15.099 diligências.

Em 2018, foi inaugurado o Núcleo de Geoprocessamento, unidade com equipamentos especializados em análises periciais de questões relacionadas às áreas ambiental, urbanística e de patrimônio público. Com a nova estrutura, o Ministério Público passou a ter mais segurança e agilidade na identificação de crimes ambientais e de ocupação irregular, bem como na prevenção de processos que levam à degradação do solo na região, além de conferir mais qualidade aos pareceres periciais.



Em 2017, foram adquiridos microcomputadores e *softwares Photoscan, Envi e ArcGis*, para tratamento de imagens de satélite e equipamentos de GPS, além de dois drones, um deles adaptado especialmente às necessidades do MPDFT, para fiscalização de áreas, construções, terrenos ou qualquer procedimento que envolva o meio ambiente e a ordem urbanística. Antes da regularização e do início do uso do equipamento, foi preciso realizar testes, treinar pessoal e obter certificação e autorização dos órgãos responsáveis.

A implantação do núcleo tornou-se possível após a obtenção de cerca de R\$ 350 mil, provenientes do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (CFDD), do Ministério da Justiça. O MPDFT foi selecionado entre mais de 200 iniciativas. A submissão do projeto, elaborado pelos servidores da Assessoria Pericial em Meio Ambiente e Geoprocessamento, teve o acompanhamento direto do Procurador-Geral de Justiça, que realizou sustentação oral no Conselho Federal Gestor do CFDD, ainda em 2015. Isso tornou o DF uma das poucas unidades da Federação a contar com esse tipo de tecnologia para a fiscalização dos danos ambientais.

Além disso, em 2018, foi criado o banco de dados com sistema de informação que categoriza os trabalhos produzidos, desde 2013, de forma georreferenciada. Isso permite, por exemplo, a localização e a identificação em mapas, por região, promotoria, assunto ou objeto. O banco oferece acesso interno e externo, com informações específicas para cada público e atualizações semanais.

SISTEMA DILIGENTE

Criado para dar maior agilidade, uniformidade e qualidade aos serviços prestados pela Secretaria de Perícias e Diligências (SPD) às promotorias de Justiça, o Diligente começou a operar em fevereiro de 2016, oferecendo um serviço de consulta e disponibilização de cópia de laudos do Instituto Médico Legal, bem como dos laudos de perícia criminal das Seções de Engenharia Legal e Meio Ambiente, de Merceologia (Laudo de Avaliação Econômica) e de Perícias e Análises Laboratoriais.

9. ATUAÇÃO PARLAMENTAR

Graças ao constante diálogo com o Poder Legislativo Federal, foi possível aprimorar articulações políticas e sociais no Congresso Nacional e na Câmara Legislativa do DF e garantir a tramitação legal de importantes projetos para o MPDFT.

OBTENÇÃO DE EMENDAS

Com a aprovação de emendas, a Administração Superior conseguiu amenizar o impacto dos cortes anunciados pelo governo federal a partir de 2015 e garantir a sustentabilidade financeira da instituição. Só em 2016, os cortes totalizaram cerca de R\$ 20 milhões nas despesas de custeio. Naquele ano, o MPDFT chegou a trabalhar com um déficit estimado em R\$ 15 milhões. Dessa forma, destaca-se o total de R\$ 53.933.340 de emendas parlamentares obtidas para reforço orçamentário do MPDFT, conforme tabela:

Planilha1

Emendas Parlamentares		
LOA	Título da Emenda	VALOR FINAL
2015	Construção do Edifício da Coordenadoria das Promotorias de Justiça – Brasília II	R\$ 25.000.000,00
2015	Construção do Edifício da Sede Administrativa do MPDFT	R\$ 1.900.000,00
2015	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário (Custeio)	R\$ 500.000,00
2016	Construção do Edifício da Sede Administrativa do MPDFT	R\$ 9.515.980,00
2016	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário (Custeio)	R\$ 2.000.000,00
2017	Construção do Edifício-Sede da Promotoria de Justiça de Brazlândia	R\$ 10.017.360,00
2017	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário (Custeio)	R\$ 1.000.000,00
2017	Provimento de Cargos e Funções e reestruturação de Cargos, Carreira e Revisão	R\$ 4.000.000,00
Total		R\$ 53.933.340,00

ACOMPANHAMENTO DA APROVAÇÃO DE PROJETOS DE LEI

a) Fortalecimento do acompanhamento Parlamentar

Com a criação da Chefia de Gabinete para assuntos parlamentares, iniciou-se o mapeamento de necessidades e estratégias para o fortalecimento da atuação do MPDFT no Congresso Nacional e na Câmara Legislativa do Distrito Federal.

O estudo resultou na elaboração de manual de processos e procedimentos da Chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Parlamentares, de plano de comunicação da área parlamentar, bem como de relatório de diagnóstico situacional.

A identificação de novos projetos de lei de interesse do Ministério Público passou a ser monitorada cotidianamente, mediante a classificação de cada uma das áreas do MPDFT. No ano de 2015, até o mês de outubro, foram propostos, na Câmara dos Deputados, 3.719 projetos de lei, 168 projetos de emenda à Constituição Federal e 193 projetos de lei de iniciativa popular. No Senado Federal, foram 746 projetos de lei e 149 projetos de emenda à Constituição Federal. Dessas propostas, 572 foram identificadas como de interesse do Ministério Público.

Com vistas a promover maior envolvimento das diversas áreas do Ministério Público na discussão parlamentar foram desenvolvidos projetos-piloto na área do Tribunal do Júri, da Infância e da Juventude, Execução Penal e na defesa das prerrogativas. Os projetos visaram a identificar métodos de seleção de projetos de lei de interesse para acompanhamento e articulação, desenvolver estratégias de comunicação dos promotores de Justiça sobre temas de interesse, bem como de articulação e envolvimento dos promotores e procuradores de Justiça na atividade parlamentar.

As conclusões obtidas nos projetos-piloto serviram de subsídio para a formatação dos procedimentos da Chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral para Assuntos Parlamentares e visam à expansão das atividades validadas para outras áreas de atuação do MPDFT.

b) Reajuste dos servidores

Foi aprovada a Lei 13.316/2016, que trata do reajuste dos servidores. Após quase quatro anos de tramitação no Congresso Nacional, finalmente a lei foi sancionada em julho daquele ano e autorizou o reajuste médio de 32%;

c) PL nº 3.123/2015 – subsídios dos membros / PL 6726/16 – Teto Remuneratório

A Procuradoria-Geral de Justiça também esteve atenta à tramitação do PL 3.123/2015, que “disciplina, em âmbito nacional, a aplicação do limite máximo remuneratório mensal de agentes políticos e públicos de que tratam o inciso XI do caput e os § 9º e § 11 do art. 37 da Constituição”. Atualmente foi criada uma comissão especial baseada no PL 6.726/2016, que abrange toda a matéria referente a limite remuneratório. O procurador-geral de Justiça participou ativamente das articulações, ao lado dos membros do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPGE), em favor da tramitação da matéria, no sentido de assegurar que o resultado atenda aos anseios da classe.

d) PLC 28/2016 – subsídio dos membros

Após intensa articulação da Procuradoria-Geral de Justiça e das frentes associativas, o projeto que trata da recomposição salarial dos membros do MP foi aprovado pelo Congresso Nacional e transformou-se na lei 13.753 de 26 de novembro de 2018.

e) Aprovação, no Senado Federal, do PLS 279/2018, que restitui aumento de pena no crime de roubo cometido com auxílio de arma branca. Na mesma semana da aprovação do projeto, a Procuradoria-Geral de Justiça oficiou a Presidência do Senado e encaminhou contribuição técnica e jurídica à discussão da proposta. O PLS tramita atualmente na Câmara como PL 10.541/2018.

f) Aprovação da Lei 13.523/2017, que permitiu ao MP pedir exclusão de herdeiro da sucessão por indignidade.

g) Aprovação da Lei 13.531/2017, que explicita a incidência do dano qualificado e da receptação qualificada aos atos praticados contra o patrimônio público no DF.

h) Apresentação de estudo elaborado por membros do MPDFT com sugestões à Reforma do Código de Processo Penal, PL 8.045/2010.

i) PL 7197/02 – Revisão das Medidas Educativas do ECA/ Maioridade Penal.

Acompanhamento parlamentar das diversas tratativas no Congresso Nacional, como audiências públicas, visitas aos relatores, reuniões temáticas, seminários, para aprimoramento das discussões sobre o tema.

j) Iniciativas na Câmara Legislativa do DF para solicitar maior atenção ao controle de constitucionalidade, visando à redução da aprovação de leis em desacordo com a Constituição Federal.

10. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Em relação às ações dos últimos quatro anos referentes à tecnologia da informação, é possível destacar:



a) Desenvolvimento de 23 sistemas, entre eles o eGab, que já registrou mais de 150 mil manifestações, e o sistema NeoSispro. Esse último visou ao fortalecimento do teletrabalho e à otimização da força de trabalho dos analistas, das secretarias e dos setores de apoio da área-fim;

b) Disponibilização de mais de 140 relatórios e painéis gerenciais para auxiliar membros e servidores da área-fim e da área-meio na visualização rápida e no cruzamento de informações para tomada de decisão;

c) Consolidação e aprimoramento do sistema Tabularium, por meio das seguintes iniciativas:

- Implantação de melhorias de usabilidade que agora permitem o encaminhamento eletrônico de documentos para outros órgãos públicos, graças ao uso de uma ferramenta de internet para conferência de autenticidade;
- Tramitação em formato digital de 100% dos documentos e processos do MPDFT, que hoje somam mais de 500 mil itens;
- Economia de cerca de 4,8 milhões de folhas de papel em sete anos, também propiciada pelo sistema Tabularium. Isso significa que, se convertida em recursos naturais, essa economia equivale a 1.350 pés de eucaliptos, 2,3 milhões de litros de água e 113 mil kWh de energia elétrica.



d) Manutenção e atualização de mais de 20 sistemas de informação (desenvolvimento e atualização), além de softwares utilizados por diversas unidades como a Secretaria de Comunicação e a Secretaria de Projetos e Obras;

e) Desenvolvimento do aplicativo do MPDFT, com funções destinadas à área-fim, como configurações para recebimento de alerta e registro da atividade funcional; à área meio, com a funcionalidade para envio de atestados médicos; e ao cidadão, com acesso que permitiu envio de denúncias de irregularidades nas eleições;



f) Implantação e atualização de soluções informatizadas gratuitas, como Moodle, Archivematica, Atom, OTRS, Wikimedia, Wordpress e Alfresco, para atender às necessidades de unidades como a Corregedoria-Geral, Psicossocial, Prourb, Prodema e Plan-Assiste;

g) Pesquisa e desenvolvimento de solução de segurança Web Application Firewall (WAF), que proporcionou mais segurança à navegação na Internet ao mesmo tempo em que economizou R\$ 3 milhões em 5 anos com solução equivalente de mercado;

h) Investimento de R\$ 16.273.523,74 na compra de softwares, hardwares, mobiliário, servidores de rede, rede de transmissão de dados e chiller (equipamento de climatização), assim como na aquisição de equipamentos como 631 microcomputadores, 1.413 monitores, 100 notebooks e 111 scanners de produção, que permitiram atualizar o parque computacional e otimizar o uso dos sistemas informatizados, especialmente os relacionados ao Processo Eletrônico;

i) Renovação de contratos importantes de TI, como o de manutenção da sala-cofre (datacenter) do MPDFT, *links* de internet e rede corporativa, acesso móvel 4G, entre outros;

j) Implantação de CPD backup no prédio STI-SIG para assegurar a continuidade dos serviços e minimizar as consequências de eventuais incidentes envolvendo o datacenter do MPDFT;

k) Aquisição e implantação de ferramenta de Business Intelligence Qlik Sense para a geração de painéis de controle inteligentes, que apoiam a tomada de decisão e as atividades de diversas unidades do MPDFT;

l) Implantação de sistema unificado de bibliotecas Pergamum;

m) Atualização do sistema de almoxarifado e patrimônio ASI Web;

n) Aperfeiçoamento da infraestrutura de suporte técnico em TI, como a implantação de suporte via WhatsApp.

11. CULTURA

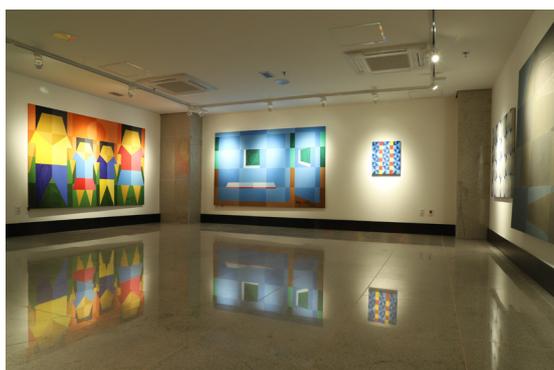
As atividades culturais, tanto aquelas voltadas para o público externo quanto para os integrantes da Casa, foram prioridade nessa gestão. Nesse sentido, destacam-se:

a) Criação da Seção de Cultura, que iniciou seus trabalhos em outubro de 2015 e, desde então, já realizou 22 exposições na Sede do MPDFT e nas Promotorias de Justiças do DF, além de outras atividades culturais. A iniciativa não implica relevantes custos para o MPDFT, uma vez que as parcerias são estabelecidas sem qualquer ônus. Por outro lado, cria-se a oportunidade de oferecer ao cidadão maior acesso às manifestações culturais e contribuir, por meio da arte, para a transformação social;

b) Projeto “Proximidades”, composto por exposições que circulam, alternadamente, entre as Promotorias de Justiça e visam à inclusão cultural nas cidades. Atualmente, quatro artistas, entre 54 inscritos, apresentam seus trabalhos em Ceilândia, Gama, Paranoá e Santa Maria. O objetivo é promover a obra de artistas locais, inclusive em começo de carreira, e permitir maior aproximação com o cidadão por meio da arte e da cultura;



c) Destinação de Espaço Cultural permanente no edifício que sediará as Promotorias de Justiça em Brasília II para realização de atividades educacionais e de integração cultural, onde serão promovidos eventos de artistas locais para os públicos interno e externo. A definição do cronograma de atividades culturais para o ano de 2019 está em andamento;



d) Disponibilização de 161 exemplares do livro “A pele das cidades”, que retrata a vida e a cultura de todas as cidades do DF;

e) Iniciamos o levantamento do Acervo Cultural do MPDFT, que tem como objetivo realizar o controle patrimonial das obras de arte da instituição, agregar obras com valor artístico relevante e desfazer de outras sem relevância cultural;

f) Participação no projeto Ler é Legal;



g) Criação na página da Secult do link “Mais cultura”. A cada três meses, são divulgados artigos que falam sobre a carreira dos principais artistas plásticos brasileiros. O link tem por objetivo expressar, aos públicos interno e externo, a importância desses artistas para o Brasil e para o mundo. O último e mais recente artigo divulgado foi da artista plástica Tarsila do Amaral;

h) Divulgação ao público interno de notícias e eventos culturais de grande relevância.

12. AUTOCOMPOSIÇÃO

Em janeiro de 2015, foi publicada a Resolução nº 118 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que dispõe sobre a Política Nacional de Incentivo à Autocomposição no âmbito do Ministério Público. A resolução define como competência das unidades e dos ramos do Ministério Público a realização de atividades permanentes de incentivo à autocomposição, como treinamento e aperfeiçoamento continuado de membros e servidores nos mecanismos autocompositivos voltados para o tratamento adequado de conflitos.

Em decorrência dessa normativa, no âmbito do MPDFT, foi criado, inicialmente, pela Portaria 1.589/2015/PGJ, um grupo de estudos para pesquisa, com vistas a implantação de um organismo administrativo voltado para as práticas autocompositivas. O grupo culminou, em 2017, na criação da Coordenadoria Executiva de Autocomposição vinculada à Vice-Procuradoria-Geral de Justiça e com a implantação do Programa Permanente de Incentivo à Autocomposição, que se compõe por cinco áreas temáticas: cível e familiar; comunitária, restaurativa; organizacional e políticas públicas. A estrutura conta com equipe composta por duas servidoras.

A autocomposição no âmbito do MPDFT recebeu identidade própria a partir de sua logomarca inspirada nos mais elevados padrões humanos de comunicação, tendo seu desenho em espirais girando em espaço circular, em que procura despertar naqueles que a visualizam, a disposição para o diálogo, para as soluções integradoras, emancipatórias e pacíficas.

PROJETOS INSTITUCIONAIS

a) Portaria 607/2018/PGJ – Institui o projeto Mediação Comunitária, visando a estabelecer a mediação comunitária no âmbito do MPDFT, por meio de capacitação, acompanhamento e encontros de supervisão;

b) Portaria 1017/2018/PGJ – Institui, no âmbito do MPDFT o projeto Acordar – construindo consenso por meio de soluções compartilhadas;

c) Portaria 1075/2018/PGJ – Institui no âmbito do MPDFT o projeto Escutando o cidadão – diálogos com vítimas de delitos, que objetiva implementar práticas restaurativas com vítimas de delitos no âmbito das Promotorias Criminais de Ceilândia;

d) Portaria 1183/201/PGJ – Institui a Mediação Familiar. O projeto objetiva, no âmbito do MPDFT, realizar mediações de conflito, no contexto de famílias de tutelados e curatelados, e oficinas de pais e filhos em famílias de pais separados.

I SEMINÁRIO AUTOCOMPOSIÇÃO DO MPDFT: CONSTRUINDO UMA CULTURA DE PAZ

No dia 24 de agosto de 2018, foi realizado, com a presença de mais de cem pessoas, entre membros, servidores e público externo o “I Seminário de autocomposição do MPDFT: Construindo uma cultura de paz”, pelo qual o público presente pôde conhecer um pouco mais sobre novas formas de resolver conflitos.

O evento foi o primeiro passo para colocar em prática as ações do Programa Permanente de Incentivo à Autocomposição (Ppipa), criado no MPDFT em 2017.



CAPACITAÇÕES

Desde 2016, foram realizados os cursos, em parceria com a Secor, de mediação comunitária e de formação de facilitador das Oficinas de Pais e Filhos, capacitando 140 pessoas. Em 2017 foram realizados dois cursos de sensibilização de mediação comunitária, com apoio das coordenadorias administrativas para as comunidades de Sobradinho e de São Sebastião. Os cursos totalizaram 40 pessoas capacitadas.

Ainda em 2017, foi oferecido, na Coordenadoria Administrativa das Promotorias de Justiça de São Sebastião, o curso básico de formação em Mediação Comunitária, para 40 líderes comunitários de São Sebastião e de Sobradinho.

Em outubro de 2018, em parceria com a Secor, ocorreu o II Curso de Formação de Expositores das Oficinas de Pais e Filhos, com 130 participantes. Está em andamento o curso básico de formação de mediadores, contando com 25 inscritos, entre servidores e membros, ativos e aposentados. Está previsto, para novembro de 2018, curso de formação de facilitadores de Círculos de Paz e Justiça Restaurativa.

PARCERIAS INSTITUCIONAIS

- Foram firmados dois Termos de Cooperação Técnica com o TJDFT;
- Em dezembro de 2017, para implementação do projeto de mediação comunitária com apoio do programa Justiça Comunitária do TJDFT;
- Em outubro de 2018, em prol da realização das Oficinas de Pais e Filhos em todo o Distrito Federal.



INCENTIVO PARA MEDIADORES E FACILITADORES

Em outubro de 2018 foi publicada a Portaria Normativa 577/2018, que estabelece critérios e incentivos para os servidores do MPDFT atuarem como mediadores e facilitadores voluntários no Programa Permanente de Incentivo à Política de Autocomposição.



OFICINAS DE PAIS E FILHOS

A Oficina de Pais e Filhos é um programa educacional para famílias que enfrentam mudanças que acontecem com o fim do relacionamento dos pais ou com o reconhecimento de paternidade.

O programa reconhece a importância de a família buscar maneiras saudáveis de lidar com os conflitos dos pais e mães que não residem juntos. A oficina oferece a oportunidade para os integrantes dessas famílias encontrarem apoio e informações sobre

como lidar melhor com as mudanças e ajustes familiares, colocando o bem-estar dos filhos em primeiro lugar.

Público-alvo: famílias que enfrentam a fase de transição familiar, com o final do relacionamento dos pais (separação, divórcio) ou o reconhecimento de paternidade.

Metodologia: A oficina é realizada em um encontro com duração de quatro horas, durante o qual pais, mães e filhos são atendidos em salas separadas, a partir de apresentação de vídeos, palestras proferidas por profissionais capacitados para esse fim e questionamentos e discussões.

Implantadas em 2016, primeiramente na Coordenadoria das Promotorias de Justiça de São Sebastião, desde 2017 vêm sendo realizadas oficinas em São Sebastião e Sobradinho. Com o apoio de 14 facilitadores voluntários, foram realizadas 33 oficinas, alcançando 147 adultos, 18 adolescentes e 23 crianças. Em São Sebastião, as oficinas são oferecidas aos pais e, em Sobradinho, são oferecidas a toda a família: pais, crianças e adolescentes.

ESCUTANDO O CIDADÃO

Em agosto de 2018, na Promotoria da Ceilândia teve início o projeto da área temática restaurativa Escutando o Cidadão: Diálogos com vítimas crime. Por meio de práticas restaurativas, o MPDFT proporciona espaço seguro para que as vítimas de delito possam dialogar entre si, expondo suas necessidades e compartilhando-as com outras pessoas que viveram algo semelhante. A narrativa do fato em ambiente seguro é importante para recuperação dos efeitos do crime sobre as vítimas.

O objetivo do projeto é oportunizar que vítimas de delitos tenham espaço seguro para falar da sua experiência, conheçam seus direitos e deveres, de forma a serem protagonistas na busca das reparações plenas dos danos sofridos e a sentir-se preparadas para as audiências judiciais e as diversas fases do processo judicial, recuperando o senso de poder.



MEDIAÇÃO COMUNITÁRIA

Atividades de capacitação/supervisão:

Foram realizados 32 encontros de supervisão, que são realizados semanalmente na Coordenadoria Administrativa de São Sebastião. Mensalmente, nas salas de treinamento da Sede do MPDFT, ocorre um encontro com todos os agentes comunitários: de Ceilândia, Sobradinho e São Sebastião.

No encontro, denominado discussão de triagem, os casos atendidos na semana que o antecede são trazidos para o debate e se buscam soluções, sempre valorizando o protagonismo e a autonomia dos próprios demandantes, bem como a democratização do acesso à Justiça. Para atender aos demandantes, os agentes discutem e se informam sobre questões legais, tais como benefícios previdenciários, direitos, encaminhamentos, e ainda sobre condutas que envolvem mediação de conflitos e princípios da comunicação não violenta.



CAPACITAÇÃO CONTINUADA

Encontros de formação mensal

Foram realizados encontros com os seguintes temas: aula sobre a história das constituições e superendividamento, com participação da equipe do Programa de Superendividados do TJDFT, Cejusc-Super.

Oficina de Comunicação Não-violenta

Nos dias 25 e 26 de setembro de 2018, na Sede do MPDFT, ocorreu a “Oficina de Introdução à Comunicação Não Violenta” para 27 agentes comunitários do Programa Justiça Comunitária (TJDFT) e Mediação Comunitária (MPDFT). A comunicação não violenta é ferramenta comunicacional de muita relevância na atuação dos agentes/mediadores comunitários, sendo esta uma ação de formação continuada.

ATIVIDADES COMUNITÁRIAS	QUANTIDADE DE PESSOAS
Divulgação do PJC na Paróquia São José Esposo de Maria - Sobradinho – 11/3/18	60
Divulgação na Administração de Sobradinho II 14/3/18	20
Divulgação no Restaurante Comunitário de São Sebastião 2/3/18	200
Divulgação na Paróquia em São Sebastião 11/3	60
Reunião da Rede Intersetorial de São Sebastião 7/3	24
Animação de rede no Centro de Ensino Bosque de São Sebastião 14/4	119
Divulgação nas escolas Vila Nova, São José e Bela Vista 10/4	15
Divulgação Faculdade Fortium 10/4	150
Animação de Redes Comunidade SS 23/4	15
Reunião de Rede São Sebastião 2/5	38
Animação de redes moradores Rua 40B S. Sebastião 3/7	8
Animação de Redes Comunidade SS 8/7	19
Visita ONG Itapoá 27/8	10
Divulgação PJC CAIC Unesco São Sebastião 15/8	100
Divulgação na comunidade Centro de Convivência SS	7
Total	845

Atendimentos:

Foram realizados 37 atendimentos em São Sebastião e 2 em Sobradinho. Destes, já foram realizadas quatro sessões conjuntas de mediação.

13. CONSTRUÇÃO E REFORMA DAS SEDES DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DO MPDFT

Apesar da crise financeira que impôs restrições orçamentárias, a Administração Superior obteve:

a) Conclusão da obra de construção do edifício das Promotorias de Justiça de Brasília II, o segundo maior prédio do MDPFT depois da Sede. A inauguração ocorreu com as seguintes características:



- Estrutura adequada para atendimento ao público. Área de 9 mil m² construídos em terreno de 10.946,93 m²;
- Prédio com dois pavimentos, térreo e subsolo com 160 vagas de garagem cobertas e descobertas;
- Espaço para lanchonete, atividades culturais voltadas aos servidores e à comunidade;
- Maior reservatório de reúso de água da chuva entre as promotorias do MPDFT. Tanques têm capacidade para armazenar até 110 mil litros de água que será utilizada para descarga de vasos sanitários, jardinagem e limpeza em geral.

O edifício também abriga a sede das Promotorias de Justiça do Núcleo Bandeirante e do Guará. Com a mudança e a realocação de áreas administrativas atualmente instaladas no SIG, que hoje ocupam imóveis alugados, está prevista uma economia direta superior a R\$ 3,3 milhões por ano e indireta estimada em R\$ 2 milhões, que seriam gastos anualmente com limpeza, segurança, etc. Essa otimização de recursos é importante para a sustentabilidade do MPDFT nos próximos anos;

13. CONSTRUÇÃO E REFORMA DAS SEDES DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DO MPDFT

b) Conclusão da obra e inauguração a sede da Promotoria de Justiça de São Sebastião em 2016;



c) Aprovação, pela Central de Aprovação de Projeto do GDF, do projeto de arquitetura para a construção do edifício das Promotorias de Justiça de Riacho Fundo;

d) Aprovação, pelos órgãos competentes do GDF, do projeto de arquitetura para a construção do edifício das Promotorias de Justiça de Águas Claras;

e) Registro do terreno, doado ao MPDFT pelo GDF, para a construção da Promotoria de Justiça de Sobradinho. Encontram-se em fase de contratação o cercamento do lote e a instalação da placa de identificação;

f) Obtenção da escrituração da área destinada ao MPDFT para construção da sede das Promotorias de Justiça de Brazlândia, passo fundamental para início da obra, que alcançou o percentual de 28,25% dos trabalhos, mas foi paralisada por inexecução contratual da empresa responsável;

g) Elaboração de projeto para construção de uma sede administrativa, que permitirá melhor estruturação da instituição e abrirá mais espaço para atendimento ao público em outras unidades;

h) Implantação da automação do sistema de ar-condicionado no edifício de Samambaia, o que permite monitoramento dos equipamentos remotamente. Isso diminui a incidência de falhas e contribui para a redução no consumo de energia elétrica;

i) Desenvolvimento do projeto e contratação da automação do sistema de ar-condicionado no edifício de Planaltina, onde foi concluído também o projeto para revitalização do sistema de impermeabilização e recuperação das esquadrias da fachada do edifício;

j) Conclusão do projeto de instalação de restaurante à la carte na Sede do MPDFT, que já foi inaugurado;

k) Elaboração de projetos para atualização das normas de acessibilidade dos edifícios do MPDFT;

l) Adoção do software Revit, que é utilizado para a modelagem de informações de Construção – BIM. A ferramenta ajuda a planejar, projetar e construir de forma colaborativa;

m) Substituição das esquadrias, ainda em 2015, da fachada oeste da primeira etapa da Sede, solução necessária para evitar as constantes infiltrações;

n) Contratação, também em 2015, de serviços de construção de defesa para proteção contra inundações no edifício das Promotorias de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude, que sofreu graves problemas de alagamento no final do ano anterior.

14. ECONOMIA E OTIMIZAÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS

Com a contenção orçamentária imposta ao MPDFT e a outros órgãos da Administração Pública Federal, a otimização de recursos foi a tônica dessa gestão. A preocupação em tornar a instituição mais sustentável também pautou as ações desenvolvidas:

a) Redução média de 1.116.871 kWh de energia elétrica e 10.350 m³ de água nos períodos de junho de 2016 a maio de 2017, e de junho de 2017 a maio de 2018, se comparado com o período de junho de 2015 a maio de 2016. A economia foi possível graças à adoção de medidas de racionalização, como a restrição do período de funcionamento dos sistemas de ar-condicionado, readequação da iluminação de áreas comuns e garagens, instalação de redutores de vazão em todas as torneiras e realização de vistorias periódicas para prevenir vazamentos. Para se ter uma ideia, só em 2016 houve redução média de 30%, em apenas três meses. A economia total correspondeu ao consumo de quatro meses em uma Coordenadoria Administrativa, graças ao esforço de todas as unidades;

b) Redução de custos com manutenção de jardinagem, por meio das seguintes medidas:

- Revitalização do sistema de irrigação automatizada, que viabilizou considerável redução do consumo de água e contribuiu para a preservação do meio ambiente. O sistema permite que os jardins sejam irrigados em dias e horários pré-programados, com a duração de tempo programada de acordo com as necessidades da área e do tipo de vegetação;
- Revisão do contrato de manutenção das áreas com jardins.

c) Economia de R\$ 2.902.986,42 após análise minuciosa dos pedidos de repactuação apresentados pelas empresas que prestam serviço ao MPDFT, o que representa redução de 6,01% no montante dos valores globais dos contratos;

d) Unificação dos contratos de manutenção predial e dos sistemas de ar-condicionado da Sede do MPDFT e das unidades descentralizadas, com a implementação de unidades volantes. Isso reduziu custos e melhorou a logística;

e) Contratação de empresa, em 2017, para fornecimento de telefonia móvel por adesão à ata de registro de preços do Exército. A ação permitiu economia de cerca de 750 mil reais, uma vez que o contrato anterior já não podia ser renovado e a aquisição de novos serviços exigiria a disponibilidade de recursos superiores a R\$ 1 milhão. A contratação pelo valor de R\$ 340 mil reais evitou o bloqueio desses recursos e o comprometimento do orçamento da área, além de permitir maior agilidade e evitar a interrupção dos serviços de telefonia móvel;

14. ECONOMIA E OTIMIZAÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS

f) Modernização do sistema para registro de patrimônio do MPDFT, que permitiu a correção da diferença contábil observada entre o sistema ASI e o Siafi, sob supervisão da Auditoria interna do MPU;

g) Realização do maior leilão de bens inservíveis do MPDFT, com a venda de 81 lotes, mais de 3.087 itens e arrecadação de quase R\$ 340 mil reais, o que viabilizou economia de recursos na manutenção dos veículos que integravam a frota, bem como do espaço utilizado para o armazenamento desses materiais;

h) Ampliação da frota de veículos e outras ações de gestão administrativa;

i) Aquisição, em 2018, de nove veículos de representação a serem distribuídos oportunamente, visando à substituição de parte dos Peugeot 208 2006/2007. Tal compra só foi possível devido à economia observada na gestão de contratos administrativos da Secretaria de Administração e da Secretaria de Projetos e Obras;

j) Distribuição, em 2017, de quatro veículos, do tipo Van, às Coordenadorias Administrativas de Samambaia, Planaltina, Ceilândia e Taguatinga, com o objetivo de melhorar o conforto no transporte de pessoas e reduzir as despesas veículos de representação;

k) Aquisição de 20 veículos de serviço Fiat Uno, que foram entregues às Promotorias de Justiça de Brazlândia, Ceilândia, Gama, Paranoá, Núcleo Bandeirante, Planaltina, Samambaia, Santa Maria, Sobradinho, Taguatinga, São Sebastião, Guará, Riacho Fundo e da Infância e Juventude, além do CI, Secretaria de Projetos e Obras e Secretaria de Administração;

l) Aquisição de cinco veículos, modelo Sentra, que foram entregues às Coordenadorias de Brasília II, São Sebastião, Ceilândia, Riacho Fundo e Núcleo Bandeirante;

m) Aquisição de três veículos de representação, modelo Fusion, que substituíram os veículos utilizados pela Procuradoria-Geral de Justiça, Vice-Procuradoria Geral e Corregedoria-Geral;

n) Implementação do rodízio de veículos, tendo sido efetivada a permuta de 30 automóveis com o objetivo de promover a rotatividade da frota do MPDFT nas diversas unidades do órgão, com o fim de minimizar os custos de manutenção, evitar o desgaste prematuro, parear a vida útil e otimizar o uso dos automóveis visando postergar a necessidade de substituição de tais bens;

o) Reformulação dos procedimentos relativos aos inventários anuais de bens, de modo a acelerar seu prazo de execução, reduzindo-o de 12 meses em 2013 para três meses a partir de 2015.



SISTEMA RESOLVE

Implantação, no final de 2014, do Sistema Resolve, desenvolvido em parceria com a STI. O sistema propiciou maior agilidade e praticidade no atendimento ao usuário, no faturamento dos contratos de manutenção, no monitoramento das ordens de serviço de manutenção predial e na elaboração de dados estatísticos que são usados como referência para novas contratações. Nos últimos quatro anos, foram mais de 27 mil solicitações atendidas com o auxílio do sistema.



RESTAURANTE SENAC

Renovação do Termo de Cooperação com o Senac para manutenção do Restaurante-Escola do MPDFT na Sede, com expansão das atividades para contemplar também restaurante à la carte, a ser inaugurado ainda em 2018.

SERVIÇO DE AUDIOVISUAL

- a)** Reforma do sistema de áudio e vídeo do auditório de Sede e da sala do Conselho Superior (modernização dos equipamentos de áudio e vídeo e infraestrutura);
- b)** Implantação de kit de audiovisual permanente na Promotoria de Justiça de Taguatinga e na Prodep (instalação de equipamentos para gravação de oitivas e videoconferências)



Ministério Público
do Distrito Federal
e Territórios

Missão do MPDFT

Promover a justiça, a democracia,
a cidadania e a dignidade humana,
atuando para transformar em
realidade os direitos da
sociedade.



Ouvidoria
MPDFT

(61) 3343-6500

 ouvidoriampdft

www.mpdft.mp.br/ouvidoria

Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Sede do MPDFT
Brasília-DF, CEP 70.091-900 • Telefone: (61) 3343-9500
www.mpdft.mp.br • facebook.com/mpdftoficial